



**MPV 1070**  
**00006**

**SENADO FEDERAL**  
**GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021**

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se aos art. 8º e 9º a seguinte redação:

“Art. 8º Os recursos orçamentários destinados à implementação e à execução do Programa Habite Social observarão a programação financeira e orçamentária do Fundo Nacional de Segurança Pública, do Fundo Nacional de Saúde e do Fundo Nacional de Educação e demais disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O agente operador e o agente financeiro, no exercício de suas competências, não disporão de recursos orçamentários próprios para suprir insuficiência orçamentária ou financeira dos fundos de que trata o “caput” no pagamento das subvenções econômicas concedidas no âmbito do Programa Habite Social, nos termos do disposto no Decreto nº 8.535, de 1º de outubro de 2015.”

“Art. 9º Na hipótese de emprego dos recursos orçamentários em desacordo com o disposto nesta Medida Provisória atestado pelo gestor do Programa Habite Seguro, o beneficiário fica obrigado a devolver o montante correspondente à subvenção econômica concedida, acrescido de atualização monetária, à taxa Selic, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação aos responsáveis.”

“Art. 10. Fica instituída subvenção econômica destinada a atender os beneficiários do Programa Habite Social na forma prevista em regulamento.

§ 1º A subvenção econômica de que trata o caput será financiada com recursos orçamentários do Fundo Nacional de Segurança Pública, do Fundo Nacional de Saúde e do Fundo Nacional de Educação e demais dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º A concessão da subvenção econômica de que trata o caput fica limitada à disponibilidade orçamentária e financeira consignada ao Programa Habite Social em ação orçamentária específica da Lei Orçamentária Anual.

§ 3º A subvenção econômica de que trata o caput subsidiará, conforme estabelecido em regulamento, exclusivamente:



SF/21984.72331-02



SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

I - parte do valor do imóvel; e

II - pagamento da parcela da tarifa para contratação do financiamento devida pelo beneficiário do Programa Habite Social no ato da contratação do crédito imobiliário até o limite previsto em regulamento.

§ 4º Observado o disposto no inciso II do § 3º, a subvenção econômica de que trata o caput não poderá custear o pagamento da tarifa inicial para avaliação do imóvel dado em garantia ou de tarifa equivalente.

§ 5º Os profissionais de segurança pública, saúde e educação de que trata o art. 2º não contemplados com a subvenção econômica de que trata o caput poderão ter acesso a outras condições especiais de crédito imobiliário concedidas pelos agentes financeiros.”

### JUSTIFICAÇÃO

Ao criar um programa habitacional exclusivo para profissionais de segurança pública, o Governo ignora a necessidade de caráter geral, que atinge a toda a população de baixa renda, e para a qual foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida, sucedido pelo Programa Casa Verde e Amarela, que se acha paralisado.

Essa solução, contudo, é equivocada, do ponto de vista social, pois elege apenas uma categoria de servidores públicos, com fins nitidamente eleitoreiros, e, até mesmo, pode ser considerada um desvio de finalidade, à luz da destinação de recursos que deveriam ser orientados à melhoria da segurança pública, para fins que deveriam ser custeados com recursos gerais do orçamento público, e mediante políticas dirigidas a toda a sociedade.

Assim, em lugar de beneficiar apenas os servidores da segurança pública, com fundamento na previsão do art. 5º, § 1º, da Lei nº 13.576, de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), e prevê que entre 10% e 15% dos recursos do FNSP devem ser destinados a aplicação em programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública e de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública, propomos que seja ampliada a clientela, até mesmo para que se mitigue a inconstitucionalidade da criação de um programa diferenciado para uma camada da população que, a rigor, sequer pode ser considerada de baixa renda, além de ter estabilidade no cargo e prerrogativas funcionais diferenciadas.

A presente emenda, complementar à que oferecemos aos art. 1º, 2º, 5º e 7º, ajusta os mecanismos de financiamento Programa a partir da inclusão dos profissionais da saúde e educação públicas, onde se acham os servidores



SF/21984.72331-02



SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

de menores remunerações, e igualmente sujeitos a riscos sociais e familiares em decorrência da ausência de moradia adequada.

Sala das Sessões,

**SENADOR PAULO PAIM**  
PT/RS



SF/21984.72331-02